

# MCS

**LAUDO ECONÔMICO-FINANCEIRO** das sociedades:

**ARTPOSTE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA – Em Recuperação Judicial**  
**GERMAN INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA– Em Recuperação Judicial**  
**LC PLAST LTDA– Em Recuperação Judicial**  
**MAITU POSTES INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA– Em Recuperação Judicial**  
**MCS ADMINISTRAÇÃO DE BENS E PARTICIPAÇÕES LTDA– Em Recuperação Judicial**  
**MELITO SCHLICKMANN– Em Recuperação Judicial**  
**NEOPACK INDÚSTRIA LTDA– Em Recuperação Judicial**  
**SERIGRAF INDUSTRIAL DE PLÁSTICOS LTDA– Em Recuperação Judicial**  
**TRAÇO FORTE CONCRETOS LTDA– Em Recuperação Judicial**

Balneário Camboriú/SC – SC, 06 de janeiro de 2025.

## Sumário

1.	CONSIDERAÇÕES GERAIS .....	3
1.1	Limitação de Escopo e Atuação .....	5
2.	APRESENTAÇÃO DA RECUPERANDA .....	6
2.1	Breve Histórico .....	6
2.2	Estrutura Societária .....	8
2.3	Descrição da Empresa .....	9
2.4	Razões da Crise .....	10
3.	MERCADO .....	15
3.1	Breve Histórico do Setor .....	15
3.2	Análise do Mercado .....	16
3.3	Dados Macroeconômicos .....	17
4.	PROJEÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA .....	18
4.1	Metodologia do Laudo .....	19
4.2	Demonstração de Resultado Econômico .....	19
4.2.1	Receita Bruta .....	20
4.2.2	Impostos Indiretos .....	20
4.2.3	Custo da Mercadoria Vendida, Mão de Obra e Gastos Gerais da Operação .....	21
4.2.4	Despesas Fixas .....	22
4.2.5	Despesas Financeiras .....	23
4.2.6	Impostos Diretos .....	23
4.3	Demonstração do Fluxo de Caixa Projetado .....	24
4.3.1	Fluxo de Caixa Operacional .....	24
4.3.2	Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento .....	25
4.3.3	Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento .....	25
	Créditos Trabalhistas até Cinco Salários .....	27
	Créditos Operacionais .....	28
	Créditos Financeiros .....	28
5.	CONCLUSÃO .....	31
	ANEXO I - PROJEÇÃO DE RESULTADO ECONÔMICO – Em Milhares de Reais. ....	33
	ANEXO II – PROJEÇÃO DE FLUXO DE CAIXA – Em Milhares de Reais. ....	34



## 1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

O presente Laudo Econômico-Financeiro Consolidado (“Laudo”) tem como objetivo avaliar a viabilidade econômico-financeira no âmbito do Plano de Recuperação Judicial (“PRJ”), das empresas **ARTPOSTE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA – Em Recuperação Judicial**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 04.664.805/0001-90, com sede na Rua Manoel Francisco Bernardo, 250, Vila Flor, Capivari de Baixo/SC, CEP 88.745-000, **GERMAN INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA– Em Recuperação Judicial**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 26.825.684/0001-54, com sede na Rua Padre Roher, nº 133, Centro, São Ludgero/SC, CEP 88.730-000, **LC PLAST LTDA– Em Recuperação Judicial**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 21.248.202/0001-27, com sede na Rod SC 108, 935, Parque das Acácias, São Ludgero/SC, CEP 88.730-000, **MAITU POSTES INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA– Em Recuperação Judicial**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 83.250.084/0001-49, com sede na Rua Frontina Simão Flor, 115, Vila Flor, Capivari de Baixo/SC, CEP 88.745-000, **MCS ADMINISTRAÇÃO DE BENS E PARTICIPAÇÕES LTDA– Em Recuperação Judicial**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 10.706.907/0001-24, com sede na Rua Antônio Philippi, 176, Evolução, São Ludgero/SC, CEP 88.730-000, **MELITO SCHLICKMANN– Em Recuperação Judicial**, brasileiro, produtor rural, casado em comunhão de bens, inscrito no CPF sob o nº 415.765.519-20, portador do RG nº 1.027.829 – SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Antônio Phillippi, 176, Evolução, São Ludgero/SC, CEP 88.730-000, **NEOPACK INDÚSTRIA LTDA– Em Recuperação Judicial**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 37.751.076/0001-69, com sede na Rod. SC 108, nº 935, Parque das Acácias, São Ludgero/SC, CEP 88.730-000, **SERIGRAF INDUSTRIAL DE PLÁSTICOS LTDA– Em Recuperação Judicial**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 08.291.744/0001-14, com sede na Rod SC 108, 915, Parque das Acácias, São Ludgero/SC, CEP 88.730-000, **TRAÇO FORTE CONCRETOS LTDA– Em Recuperação Judicial**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 12.936.637/0001-73, com sede na Rodovia SC 108, 810, Parque das Acácias, São Ludgero/SC, CEP 88.730-000, (sendo doravante denominadas neste laudo econômico-financeiro como “Recuperandas” ou “Empresas” ou “Grupo MCS”.

Este Laudo foi elaborado pela CONWERT GESTÃO EMPRESARIAL LTDA. (“CONWERT”), única e exclusivamente como subsídio à elaboração do PRJ das Recuperandas e não se confunde com, superpõe ou modifica os termos e condições do PRJ, não devendo ser utilizado em partes ou de maneira desagregada ou fragmentada pelas Recuperandas e seus representantes, por credores ou quaisquer terceiros interessados. O Laudo apresenta premissas



econômicas e financeiras que, se cumpridas e/ou verificadas, têm condições de viabilizar a recuperação das empresas, nos termos do artigo 53, inciso III, da Lei nº 11.101/2005 (“LRF”).

Para alcançar o objetivo deste trabalho, foram utilizados fatos históricos, informações macroeconômicas e de mercado, bem como informações e dados disponibilizados pelas Recuperandas e por seus funcionários, administradores, consultores e demais prestadores de serviço.

As conclusões aqui apresentadas são resultantes da análise de dados e informações, além de projeções macroeconômicas e de mercado, assim como performance e resultados decorrentes de eventos futuros e estão sujeitas às seguintes considerações:

- O Laudo ora apresentado envolve questões de julgamentos objetivos e subjetivos face à complexidade das análises de dados e informações e às fontes de informações consultadas ao longo das análises;
- Nenhum dos sócios ou profissionais da CONWERT tem qualquer interesse financeiro na empresa, a não ser os resultantes das prestações de serviços compreendidos e limitados no escopo dos contratos firmados com as Recuperandas;
- Este Laudo foi feito com base em informações disponibilizadas pelas Recuperandas, as quais foram consideradas verdadeiras, uma vez que não faz parte do escopo de trabalho da CONWERT qualquer tipo de investigação independente e/ou procedimento de auditoria. Desta forma, a CONWERT não assume qualquer responsabilidade pela imprecisão dos dados e informações utilizados neste Laudo;
- Este Laudo foi preparado com a finalidade de avaliar a viabilidade das Recuperandas no âmbito do PRJ e a CONWERT não é responsável perante terceiros por qualquer ato ou fato decorrente da sua utilização para qualquer outro fim que não o aqui declarado;
- A CONWERT não será responsável por atualizar este relatório em relação a eventos e circunstâncias que possam ocorrer posteriormente à data de referência do mesmo;
- Algumas das considerações descritas neste Laudo são baseadas em eventos futuros que representam a expectativa das Recuperandas e de seus administradores, consultores e demais prestadores de serviço, à época em que tais considerações foram elaboradas. Assim, os resultados apresentados neste Laudo representam meras projeções, razão pela qual podem diferir dos resultados que vierem a ser concretizados.



Dentre os dados e informações utilizadas para elaboração deste Laudo, há **informações públicas de mercado e privadas fornecidas pelas Recuperandas**, que têm como objetivo proporcionar o detalhamento necessário de suas operações, investimentos, estrutura de capital e capacidade de geração de caixa. Este Laudo, sujeito às premissas e assunções nele declaradas, pretende oferecer uma visão da capacidade financeira das Recuperandas no âmbito do PRJ, de modo a permitir a avaliação da sustentabilidade e exequibilidade da continuação das operações das Recuperandas.

### 1.1 Limitação de Escopo e Atuação

Este acordo com a LRF, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, **este Laudo avalia a viabilidade econômico-financeira das Recuperandas**, no âmbito do PRJ, com certas cláusulas de limitações. Portanto este Laudo, suas conclusões, bem como seus anexos, não devem ser interpretadas, ou utilizados, sem levar em consideração tais cláusulas.

Este Laudo, bem como as opiniões e conclusões nele contidas, foram realizados para a empresa no contexto do seu PRJ. Este Laudo é constituído de 32 páginas, e não deverá ser manuseado ou distribuído, a quem quer que seja, em partes, hipótese em que nenhuma responsabilidade poderá ser atribuída à CONWERT.

Qualquer usuário e/ou receptor deste Laudo deve estar ciente das condições, premissas e assunções que nortearam sua elaboração, das situações de mercado e econômicas do Brasil, assim como ao segmento econômico no qual as Recuperandas estão inseridas.

As diferenças entre o conteúdo deste Laudo e o de documentos que tenham o mesmo objeto deste trabalho se devem exclusivamente à utilização de distintas fontes de informação e a aplicação de diferentes metodologias de tratamento de dados. A CONWERT não tem qualquer responsabilidade por eventuais diferenças. Ainda, a CONWERT não assume qualquer responsabilidade caso os resultados futuros difiram das projeções apresentadas no Laudo e não oferece qualquer garantia em relação a tais estimativas.



Os serviços da CONWERT para elaboração deste Laudo não representam uma auditoria, revisão, exame ou outro tipo de atestação, da forma como essas expressões encontram-se identificadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”). Assim sendo, não expressamos qualquer forma de garantia sobre assuntos contábeis, demonstrações financeiras, informações financeiras, ou sobre controles internos das Recuperandas. Não emitimos opinião profissional sobre a aplicação dos princípios contábeis de acordo com as Normas Internacionais de Serviços Relacionados (*International Standard on Related Services - ISRS 4410*), e suas alterações ou interpretações subsequentes. Este Laudo não constitui parecer legal ou jurídico.

**Não conduzimos uma revisão ou investigação independente para identificar fraudes ou atos ilegais. A CONWERT não tem qualquer responsabilidade sobre o estudo, análise e apresentação de custos e investimentos projetados no cenário de recuperação judicial das Recuperandas.** Este trabalho não abrange a avaliação de custos operacionais, bem como potenciais melhorias de processos das Recuperandas que possam gerar potenciais reduções de custos, e otimizações operacionais e administrativas.

As considerações apresentadas neste Laudo são práticas comuns em estudos desta natureza, as quais acreditamos ter, e somos reconhecidos publicamente como tendo, significativo conhecimento e experiência. Os serviços prestados são limitados a tais conhecimentos e experiências e não representam auditoria, assessoria ou outros serviços que podem ser fornecidos pela CONWERT. Não obstante essas limitações, a conclusão contida neste Laudo não foi destinada ou escrita pela CONWERT para ser usada, e não deverá ser usada, pelo destinatário ou qualquer terceiro com o propósito de evitar sanções que possam ser impostas pela legislação fiscal brasileira.

## 2. APRESENTAÇÃO DA RECUPERANDA

### 2.1 Breve Histórico<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Informações obtidas através da Petição Inicial da RJ e com a Administração da Empresa.



As Recuperandas atuam em quatro segmentos, são eles: fabricação de postes e concreto, plásticos e agronegócio.

Fundada no ano de 1976, a Recuperanda Maitu possui uma sólida trajetória no setor industrial, atuando de forma especializada na fabricação de postes destinados a redes de energia elétrica. Ao longo de suas décadas de existência, a Recuperanda Maitu consolidou-se como uma referência no mercado, oferecendo soluções de qualidade e alta resistência para o setor elétrico.

a Recuperanda Maitu concentra suas atividades principalmente no segmento de transmissão e distribuição de energia, atendendo de forma expressiva cooperativas e concessionárias de energia elétrica. Essa atuação tem sido marcada por um compromisso com a eficiência e segurança, fornecendo produtos que atendem rigorosamente às normas técnicas e padrões de qualidade exigidos pelo setor.

A Recuperanda Traço Forte, empresa do setor de materiais para construção civil, foi fundada no ano de 2010 com foco na produção e comercialização de artefatos de concreto. Desde o início de suas operações, a empresa se especializou na fabricação de produtos como blocos, pavers, lajes, tubos e outras estruturas pré-moldadas de concreto, voltados para atender obras de pequeno, médio e grande porte, tanto em projetos residenciais quanto em empreendimentos comerciais e de infraestrutura.

Já Recuperanda Serigraf atua no setor de plásticos, tendo sido fundada no ano de 2006. Inicialmente, consolidou se como fornecedora especializada no mercado de produtos descartáveis. Desde o início de suas operações, A Recuperanda Serigraf focou no fornecimento de itens plásticos voltados especialmente para distribuidores, buscando atender à crescente demanda por soluções práticas e acessíveis em embalagens e utensílios de uso único, amplamente utilizados em diversos segmentos, como alimentação, eventos e higiene.

A partir do ano de 2019, as Recuperandas ampliaram significativamente a diversificação de suas atividades ao iniciar investimentos estratégicos no setor do agronegócio, visando expandir sua presença em mercados promissores e fortalecer sua atuação em atividades de produção



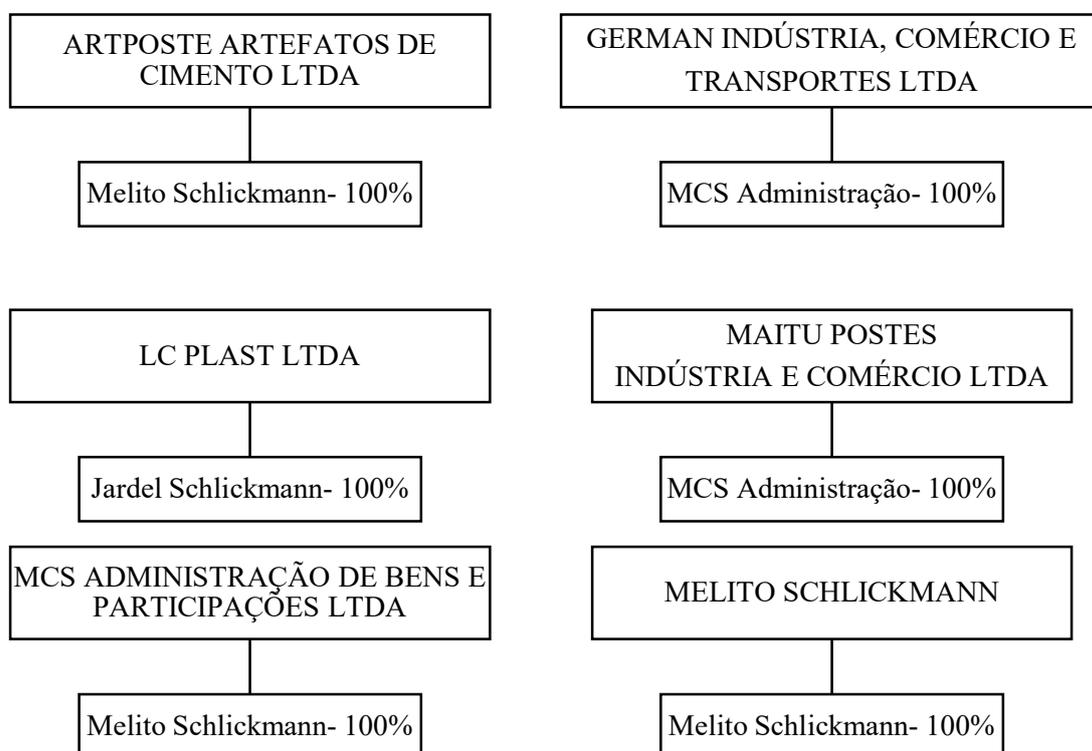
primária. Essa nova frente de negócios foi estruturada em duas vertentes principais: a piscicultura, com foco na engorda de tilápias, e a pecuária de confinamento voltada para a produção de gado de corte.

Na piscicultura, as Recuperandas estabeleceram operações voltadas para a criação e engorda de tilápias, uma das espécies de peixe mais demandadas no mercado nacional devido ao seu rápido crescimento, qualidade nutricional e alto rendimento em filé. As operações foram estruturadas com tanques e viveiros adequados, seguindo práticas modernas e sustentáveis de manejo, com o objetivo de garantir alta produtividade e controle de qualidade em toda a cadeia de produção.

## 2.2 Estrutura Societária

Do ponto de vista societário, as Recuperandas estão constituídas como empresas limitadas.

Atualmente, esta é a estrutura societária das Recuperandas:





### 2.3 Descrição da Empresa<sup>2</sup>

A tabela a seguir apresenta uma breve descrição da empresa e as atividades desenvolvidas:

Unidade	Classificação	Principais Atividades
<b>ARTPOSTE</b>	Administrativa e Operacional	- Centro administrativo - Atividades Operacionais
<b>GERMAN</b>	Administrativa e Operacional	- Centro administrativo - Atividades Operacionais
<b>LC PLAST</b>	Administrativa e Operacional	- Centro administrativo - Atividades Operacionais
<b>MAITU</b>	Administrativa e Operacional	- Centro administrativo - Atividades Operacionais
<b>MCS</b>	Administrativa	- Centro administrativo
<b>MELITO</b>	Operacional	- Atividades Operacionais
<b>NEOPACK</b>	Administrativa e Operacional	- Centro administrativo - Atividades Operacionais
<b>SERIGRAF</b>	Administrativa e Operacional	- Centro administrativo - Atividades Operacionais
<b>TRAÇO FORTE</b>	Administrativa e Operacional	- Centro administrativo - Atividades Operacionais

Tabela 1. Fonte: Grupo MCS.

<sup>2</sup> Informações obtidas através da Petição Inicial da RJ e com a Administração da Empresa.



## 2.4 Razões da Crise<sup>3</sup>

No que tange a crise, fatores externos foram preponderantes, e impactaram diretamente no seu fluxo de caixa e capacidade financeira, situação que será exposta a seguir no presente Plano de Recuperação Judicial. Os fatores primordiais para instauração da crise de liquidez enfrentada pelas Recuperandas são atrelados a cenários como:

- (i) Crise no Agronegócio;
- (ii) Adversidades na fabricação de postes;
- (iii) Impactos da PNRS (Política Nacional de Resíduos Sólidos);
- (iv) Endividamento Bancário e Aumento dos Juros nos últimos anos;

### (I) CRISE NO AGRONEGÓCIO;

A crise no agronegócio das Recuperandas está diretamente ligada à atividade pecuária. Em 2023, a criação de gado de corte enfrentou um cenário crítico, marcado por uma desvalorização de 25% no preço da arroba do boi ao longo de 12 meses<sup>4</sup>. Essa queda acentuada foi a mais significativa registrada nos últimos dez anos, refletindo a gravidade do momento para o setor.

As oscilações cíclicas e naturais do mercado pecuário, conhecidas como ciclo pecuário, desempenharam um papel importante, já que o aumento da oferta de animais prontos para o abate, em determinadas fases do ciclo, costuma pressionar os preços para baixo.

Além disso, um caso isolado de Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB), popularmente conhecida como "vaca louca", identificado no Brasil, levou à suspensão temporária das exportações de carne bovina para a China, um dos principais mercados importadores do país. Embora o episódio tenha sido classificado como atípico e de baixo risco sanitário, o impacto comercial foi imediato, já que a China adota uma política rigorosa de restrições quando há qualquer suspeita de problemas sanitários.

---

<sup>3</sup> Informações obtidas através da Petição Inicial da RJ e com a Administração da Empresa.

<sup>4</sup> <https://jovempan.com.br/opiniao-jovem-pan/comentaristas/kellen-severo/pecuaria-passa-por-pior-crisedos-ultimos-anos-mas-picanha-resiste-em-cair.html>



Outro fator determinante foi o descarte antecipado e em volume atípico de fêmeas, que, além de aumentar a oferta de carne bovina no mercado interno, compromete o processo de renovação e crescimento futuro do rebanho, agravando o desequilíbrio no setor. Paralelamente, o aumento expressivo da disponibilidade de carne no mercado doméstico ocorreu em um período de redução do poder de compra da população, dificultando o escoamento da produção e intensificando a queda nos preços. Essa combinação de fatores resultou em um cenário desafiador para os pecuaristas, pressionando ainda mais a rentabilidade da atividade.

A queda no preço da arroba do boi gordo gerou grandes desafios financeiros para as Recuperandas, resultando em prejuízos expressivos e tornando insustentável a continuidade das atividades pecuárias. Por esse motivo, foi decidido encerrar essa operação em março de 2024, concentrando-se exclusivamente na piscicultura, que permanece em funcionamento.

## (II) ADVERSIDADES NA FABRICAÇÃO DE POSTES E CONCRETOS;

Em 2023, o setor de fabricação de postes e concreto sofreu sérios desafios devido às chuvas intensas que afetaram o sul de Santa Catarina<sup>5</sup>. O clima foi particularmente severo, com o estado registrando apenas 48 dias ao longo do ano sem precipitações. Esse cenário climático adverso teve um impacto direto nos processos produtivos, especialmente na fabricação de concreto, que requer condições de temperatura e umidade específicas para garantir a qualidade do material.

A crise que teve início em 2023 causou uma retração significativa no crédito disponível para as Recuperandas, afetando diretamente a capacidade de financiamento das operações. Com a instabilidade econômica e a redução da confiança no mercado, os fornecedores passaram a exigir o pagamento à vista para a aquisição de matéria-prima, o que gerou um impacto substancial no fluxo de caixa das Recuperandas. Essa mudança nas condições de pagamento forçou as Recuperandas a reavaliar seus planos de produção e a ajustar seu capital de giro, já que os prazos de pagamento, que anteriormente permitiam um maior controle sobre os recursos

---

<sup>5</sup> <https://www.nsctotal.com.br/noticias/sc-teve-apenas-48-dias-sem-chuva-durante-todo-o-ano-de-2023#:~:text=A%20chuva%20virou%20parte%20da,oito%20tiveram%20registro%20de%20precipita%C3%A7%C3%A3o>



financeiros, foram drasticamente reduzidos. Como resultado, a dificuldade em acessar crédito e a necessidade de desembolsos imediatos para a compra de insumos geraram uma pressão financeira considerável, prejudicando a capacidade de operação das Recuperandas e tornando mais difícil a continuidade das atividades de forma eficiente e rentável.

As Recuperandas, que tem uma forte presença no mercado de cooperativas e concessionárias de transmissão e distribuição de energia, enfrentou dificuldades em 2024 devido à retração nos investimentos, causada pela expectativa em torno da aprovação do decreto regulamentador da Lei nº 18.847/2024, que estabeleceu a Política Estadual de Apoio às Cooperativas de Energia Elétrica (PEACESC)<sup>6</sup>. Essa incerteza sobre o futuro regulatório atrasou decisões de investimento tanto por parte das cooperativas quanto das concessionárias.

O decreto que regulamentou o PEACESC foi finalmente publicado em 17 de setembro de 2024. Com a sua aprovação, as cooperativas e concessionárias passaram a ter direito a um crédito presumido de 20% do ICMS, o que possibilita compensar parte do imposto devido, e utilizar esses recursos para investir na expansão e implantação de redes, linhas de transmissão e subestações de energia elétrica em Santa Catarina. Esse incentivo promete gerar um aumento nos investimentos no setor de energia, beneficiando as cooperativas e concessionárias no estado.

### (III) IMPACTOS DA POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS (PNRS);

Um dos principais efeitos da implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), por meio da Lei nº 12.305 de 2 de agosto de 2010 e seu regulamento, Decreto nº 7.404 de 23 de dezembro de 2010, que instituiu a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, foi a redução na disponibilidade de matéria-prima para a produção de plásticos reciclados. Com a obrigação de gerenciar melhor seus resíduos, as indústrias geradoras desses materiais, como aqueles resultantes das perdas nos processos produtivos, passaram a adotar práticas de reutilização interna. Esse movimento gerou uma escassez de matéria-prima reciclada

---

<sup>6</sup> <https://www.sef.sc.gov.br/noticias/governador-assina-decreto-que-garante-incentivo-fiscal-ascooperativas-e-concessionarias-de-energia-de-sc>



no mercado, o que levou a um aumento expressivo nos preços desses materiais. Como resultado, as empresas do setor enfrentaram dificuldades, com margens de lucro sendo pressionadas devido ao custo mais elevado da matéria-prima reciclada.

Frente a esse contexto desafiador, as Recuperandas não conseguiram manter sua sustentabilidade econômica. A combinação de fatores do mercado e da economia em geral gerou perdas frequentes e um alto consumo de recursos financeiros, levando ao encerramento das atividades plásticas das empresas em 2024. Hoje, a única fonte de receita dessas empresas é o aluguel de seus próprios bens, como máquinas, equipamentos e a sede industrial.

#### (IV) ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO E AUMENTO DOS JUROS NOS ÚLTIMOS ANOS;

No início do ano de 2023, a taxa média de juros das concessões de crédito livre teve alta de 8,2 pontos percentuais em comparação aos últimos 12 meses e chegou a 43,5% ao ano, em janeiro/2023, segundo as Estatísticas Monetárias e de Crédito, divulgadas em 27/02/2023 pelo Banco Central (BC).

A alta dos juros bancários médios ocorreu em um momento em que a taxa básica de juros da economia, a Selic, estava em seu maior nível desde janeiro de 2017, em 13,75% ao ano, definida pelo Comitê de Política Monetária (Copom). Em março de 2021, o BC iniciou um ciclo de aperto monetário, em meio à alta dos preços de alimentos, de energia e de combustíveis.





**Gráfico 1 – Evolução Taxa Selic**

O setor de agronegócio é altamente dependente de financiamentos para custear suas operações, desde a compra de insumos, aquisição de animais e melhorias nas instalações. Com a elevação da Selic, os custos de crédito aumentam, tornando os empréstimos mais caros. Isso pode levar os produtores a postergarem investimentos ou buscarem alternativas de financiamento, afetando a produção e a competitividade no mercado.

Com esses frequentes aumentos de juros, as Recuperandas que contraíram grande parte do seu endividamento financeiro entre os anos de 2021 e 2023 foram diretamente afetadas, pagando muito mais caro pelo recurso do que vinha sendo praticado no mercado até então.

De forma resumida, o aumento das taxas de juros impactou significativamente as Recuperandas, colocando em risco sua continuidade no mercado, a menos que seja realizada uma reestruturação de suas dívidas, aliada a ajustes operacionais. Esse cenário ressalta a importância da aplicação da legislação falimentar, que proporcionará às Recuperandas a possibilidade de manter suas atividades, preservar empregos e continuar contribuindo para o desenvolvimento econômico da comunidade onde estão inseridas, gerando benefícios que vão além dos resultados financeiros imediatos.



### **3. MERCADO**

#### **3.1 Breve Histórico do Setor – Agronegócio – Piscicultura e Fabricação de Postes e Concretos**

##### **AGRONEGOCIO – PSICULTURA**

A piscicultura tem se destacado como um dos segmentos de crescimento mais acelerado no agronegócio brasileiro, impulsionada pelo aumento da demanda por proteína de alta qualidade e pelo avanço de tecnologias que otimizam a criação em cativeiro. A tilápia é a espécie mais produzida no país, especialmente em estados como Paraná, São Paulo e Minas Gerais, devido à sua adaptabilidade e eficiência no cultivo. A adoção de sistemas como tanques-rede, bioflocos e recirculação de água tem permitido maior controle sobre a qualidade da produção e a redução de impactos ambientais, fatores que contribuem para a competitividade do setor tanto no mercado interno quanto em exportações, especialmente para países da América Latina e Europa.

Apesar do crescimento promissor, a piscicultura enfrenta desafios estruturais e regulatórios que ainda limitam seu pleno potencial. A falta de infraestrutura em algumas regiões dificulta o escoamento eficiente da produção, enquanto questões ligadas à outorga de água e licenciamento ambiental geram insegurança para os produtores. Além disso, a necessidade de investimentos em pesquisas para diversificação de espécies e melhoria genética ainda é uma demanda crescente. No entanto, o aumento de cooperativas e a ampliação de políticas de incentivo, como linhas de crédito específicas para a aquicultura, indicam que o setor tem potencial para se consolidar ainda mais como uma importante vertente do agronegócio nacional.

##### **FABRICAÇÃO DE POSTES E CONCRETOS**

O setor de fabricação de postes e artefatos de concreto no Brasil desempenha um papel fundamental na infraestrutura urbana e rural, sendo essencial para obras de eletrificação, telecomunicações e construção civil. A produção de postes de concreto, em particular, destaca-se pela durabilidade e resistência, características que garantem alta demanda em projetos de expansão de redes elétricas e urbanização. O uso de tecnologias como o concreto protendido



tem aumentado a eficiência estrutural, permitindo a fabricação de postes mais leves e resistentes. Além disso, a padronização de normas técnicas, como as da ABNT, assegura qualidade e segurança na produção e aplicação desses materiais, o que fortalece a confiabilidade do setor.

Apesar da importância crescente, o setor ainda enfrenta desafios como a volatilidade nos preços de matérias-primas, especialmente cimento e aço, e a necessidade de inovação para reduzir a pegada de carbono nos processos produtivos. A implementação de práticas mais sustentáveis, como o uso de concretos de menor impacto ambiental e a reciclagem de resíduos, tem sido uma tendência crescente. Outro ponto de atenção é a logística, já que o transporte de postes e artefatos pesados requer planejamento para otimizar custos e evitar danos. Com a retomada de investimentos em infraestrutura e a expansão de projetos de energia renovável, o setor apresenta boas perspectivas de crescimento, impulsionado pela demanda por soluções duráveis e sustentáveis na construção civil.

### **3.2 Análise do Mercado**

As perspectivas para os setores: agronegócio – piscicultura e fabricação de postes e concretos, no Brasil envolvem uma combinação de desafios e oportunidades, refletindo tanto o cenário macroeconômico quanto as dinâmicas específicas do mercado. Aqui estão as principais tendências e projeções para o futuro de cada setor:

#### **AGRONEGOCIO – PSICULTURA**

As perspectivas para o setor de piscicultura são promissoras, impulsionadas pelo aumento da demanda por proteínas de alta qualidade e pela busca por alternativas sustentáveis à carne vermelha. O Brasil, com sua abundância de recursos hídricos e clima favorável, tem potencial para ampliar a produção de espécies como tilápia e tambaqui, tanto para o mercado interno quanto para exportação. O avanço em tecnologias de manejo, como a recirculação de água e o uso de rações balanceadas, tem melhorado a eficiência produtiva e reduzido custos operacionais. Além disso, políticas de incentivo ao crédito rural e certificações de qualidade



têm estimulado novos investimentos, enquanto a diversificação de mercados e o aumento do consumo de peixes beneficiam o crescimento sustentável do setor.

## FABRICAÇÃO DE POSTES E CONCRETOS

As perspectivas para o setor de fabricação de postes e artefatos de concreto incluem o aumento da demanda impulsionado pelo crescimento de investimentos em infraestrutura, como redes de distribuição de energia, iluminação pública e obras de saneamento básico. A modernização dos processos produtivos, com o uso de concreto de alto desempenho e tecnologias mais eficientes, tende a melhorar a qualidade e durabilidade dos produtos, aumentando sua competitividade no mercado. Além disso, a crescente adoção de práticas sustentáveis, como a reciclagem de resíduos e a redução no consumo de insumos, reforça o posicionamento do setor em alinhamento com as exigências ambientais. O avanço de projetos de urbanização e expansão imobiliária também contribui para a manutenção do aquecimento da demanda por esses materiais.

### 3.3 Dados Macroeconômicos

A tabela a seguir apresenta as premissas macroeconômicas para os próximos quatro anos, que serviram de suporte para este laudo econômico-financeiro, e foram extraídas do FOCUS – Relatório de Mercado divulgado semanalmente, com data base de 03 de janeiro de 2025<sup>7</sup>.

Descrição	2024	2025	2026	2027
<b>IPCA (Variação %)</b>	4,89	4,99	4,03	3,90
<b>PIB Total (variação % sobre ano anterior)</b>	3,49	2,02	1,80	2,00
<b>Câmbio (R\$/US\$)</b>	-	6,00	5,90	5,80
<b>Selic (% a.a)</b>	-	15,00	12,00	10,00
<b>IGP-M (variação %)</b>	-	4,87	4,22	3,97
<b>IPCA Administrados (variação %)</b>	4,68	4,42	4,00	3,79
<b>Conta corrente (US\$ bilhões)</b>	-51,90	-50,00	-50,00	-52,00
<b>Balança comercial (US\$ bilhões)</b>	73,75	74,20	77,95	80,00

<sup>7</sup> Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/publicacoes/focus>



<b>Investimento direto no país (US\$ bilhões)</b>	70,00	70,00	74,90	76,68
<b>Dívida líquida do setor público (% do PIB)</b>	62,70	66,95	70,80	74,10
<b>Resultado primário (% do PIB)</b>	-0,50	-0,60	-0,50	-0,30
<b>Resultado nominal (% do PIB)</b>	-7,90	-8,38	-7,60	-6,80

#### 4. PROJEÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Neste capítulo são apresentadas as projeções econômico-financeiras das Recuperandas, as quais consideram as premissas macroeconômicas, operacionais e financeiras estimadas pelas Empresas no âmbito de seu PRJ.

Os fluxos de caixa esperados para o negócio após a aprovação do PRJ ainda estarão sujeitos a eventuais alterações. Além das incertezas naturais inerentes a essas projeções, há outros fatores que podem comprometer o fluxo de caixa futuro do negócio, tais como: práticas contábeis a serem adotadas, planejamento tributário decorrente do tratamento fiscal dado às transações subjacentes ao PRJ, interpretações legais, além da própria classificação e variação dos débitos resultantes das impugnações e habilitações de créditos a serem realizadas pelos credores.

Adicionalmente, ressaltamos que estas projeções foram construídas num período de reconstrução total do modelo de negócio das Recuperandas. Assim, devido à falta de maior previsibilidade, destacamos que caso as expectativas não se concretizem ou fiquem distorcidas em relação as premissas utilizadas, as Recuperandas poderão apresentar aditivo ao plano apresentado, ajustando suas projeções, onde deverá também ser apresentado um novo Laudo.

Todas as premissas assumidas neste Laudo foram baseadas em cenários esperados e projetados exclusivamente pelas Recuperandas e seus administradores, assessores e demais prestadores de serviço contratados para elaboração do PRJ e não foram objeto de investigação independente pela CONWERT, à qual não coube, como parte do escopo de trabalho contratado, propor ou julgar quaisquer aspectos relacionados a tais eventos. As conclusões da CONWERT contidas neste Laudo assumem, dessa forma, a premissa básica de que, ao projetar estes cenários, as Recuperandas observam todos os aspectos legais e fiscais aplicáveis. Importante salientar que



tais entendimentos das Recuperandas, ao projetar tais cenários, podem ser diversos daqueles de seus credores, autoridades fiscais e autoridades legais.

A partir do plano de negócios desenvolvido pelas Recuperandas, a CONWERT analisou as premissas operacionais e os resultados futuros projetados. Para tanto, foram realizadas as seguintes atividades:

- Discussões com as Recuperandas para entendimento das projeções;
- Identificação, a partir das planilhas disponibilizadas, das premissas mais relevantes e necessárias para as projeções;
- Comparação entre resultados históricos e projetados;
- Comparação com indicadores de **empresas comparáveis**.

#### 4.1 Metodologia do Laudo

Para demonstrar e evidenciar a proposta apresentada no Plano, assim como para demonstrar que **os meios empregados são suficientes para garantir a superação da situação de crise das Recuperandas**, foram desenvolvidas projeções que demonstram as disponibilidades atuais e a geração de caixa no período proposto pelas Empresas através de demonstração de resultado econômico e fluxo de caixa, atestando assim, que haverá recursos suficientes para cumprir com a proposta apresentada aos credores.

As **projeções não contemplam efeitos inflacionários**. As premissas adotadas são de que todos os esses efeitos serão repassados aos preços de venda projetados quando ocorrer, mantendo a rentabilidade projetada, bem como, a geração de caixa e a capacidade de pagamento resultante.

**As projeções foram estruturadas de forma mensal e serão demonstradas anualmente neste Laudo**, considerando o **ano I como sendo os doze meses subsequentes a data de intimação da decisão que homologar a aprovação do PRJ** pela Assembleia de Credores.

#### 4.2 Demonstração de Resultado Econômico

A projeção de resultado econômico apresentada no Anexo I deste Laudo, utilizou as metodologias e premissas descritas a seguir:



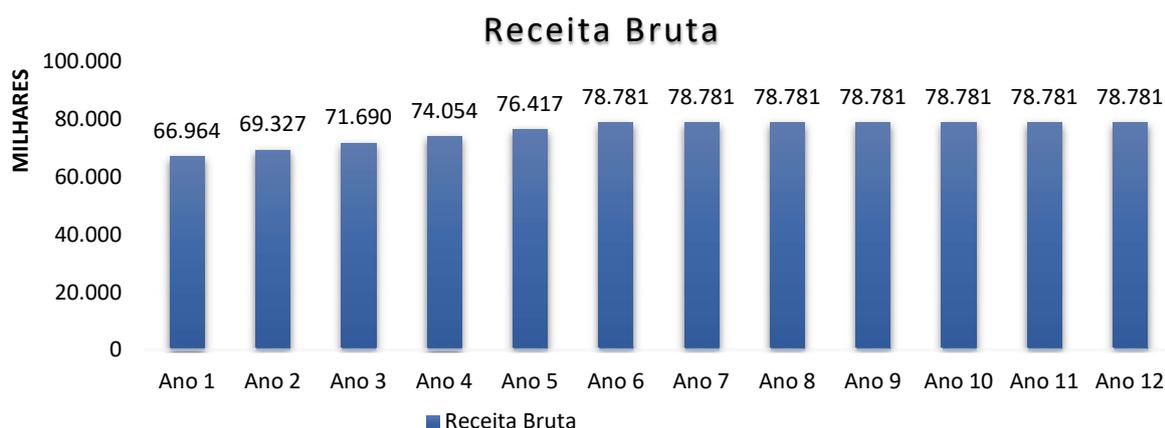
#### 4.2.1 Receita Bruta

O detalhamento da origem do faturamento estão a seguir expostas:

##### Receita de vendas:

A Recuperanda projeta iniciar com um **faturamento um pouco abaixo ao que vinha auferindo nos últimos anos**. Em função das reestruturações internas que já estão ocorrendo, foram **projetados aumentos gradativos dos volumes de vendas**. De modo conservador, as Recuperandas entendem que precisarão de pelo menos 5 (cinco) anos para atingir o volume de faturamento que considera ideal para seu modelo de negócio.

Gráfico 1: Receita Bruta em Milhares de Reais



Fonte: Grupo MCS.

#### 4.2.2 Impostos Indiretos

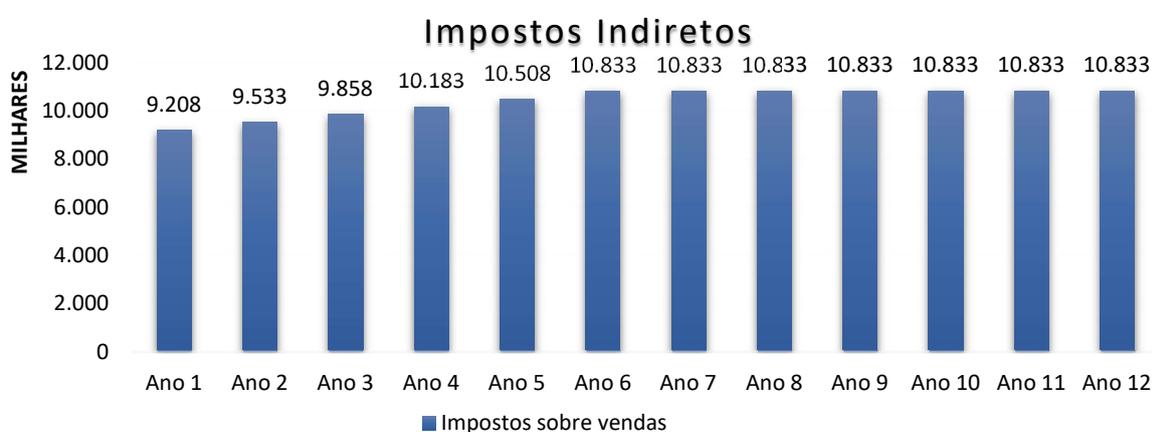
As Recuperandas estão passando por um processo de revisão e planejamento tributário. Para fins das projeções, **foi considerado todo o grupo sendo optante pelo Lucro Real** e gozando da seguinte base fiscal:

- **Programa para Integração Social (PIS):** pagamento da contribuição para o PIS calculada pelo regime não-cumulativo;



- **Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS):** pagamento da contribuição para a COFINS calculada pelo regime não-cumulativo;
- **Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS):** contribuinte do ICMS, para as vendas de mercadorias;
- **Imposto sobre Serviço (ISS):** contribuinte do ISS, para as receitas de prestação de serviço.

*Gráfico 2: Impostos Indiretos em Milhares de Reais*



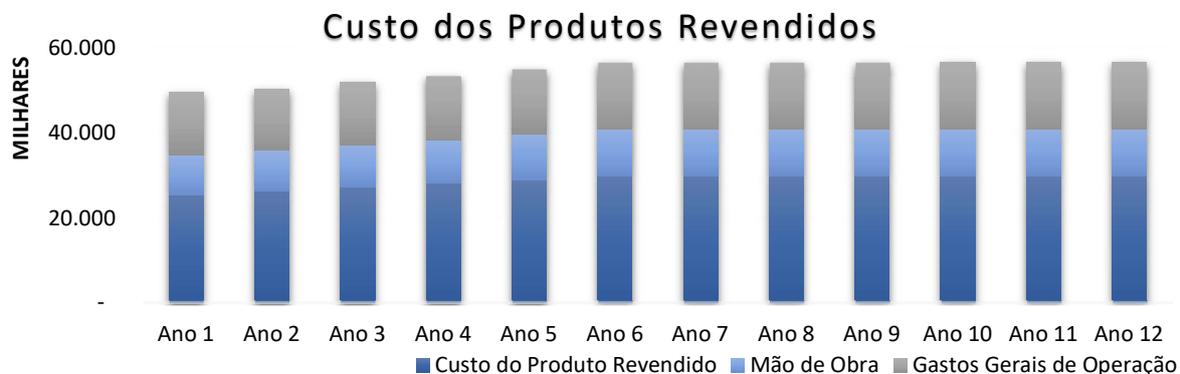
Fonte: Grupo MCS.

#### 4.2.3 Custo da Mercadoria Vendida, Mão de Obra e Gastos Gerais da Operação

Custo dos produtos vendidos são a somatória dos custos de compra das matérias-primas, mão-de-obra direta e outros gastos gerais de operação. Os custos dos produtos vendidos foram projetados com base na ficha técnica de cada produto. Este grupo de custo varia totalmente proporcional a receita projetada. No grupo de Mão de Obra Direta, foram considerados todos os trabalhadores dos setores diretos e ligados a operação, com seus respectivos salários, encargos e benefícios, tendo como base o mês de novembro de 2024. Já no grupo de Gastos Gerais de Operação considera-se energia elétrica, materiais de uso e consumo, manutenção do galpão, entre outros, que foram projetados com base no histórico dos últimos 12 meses.



*Gráfico 3: Custo dos Produtos Vendidos em Milhares de Reais*



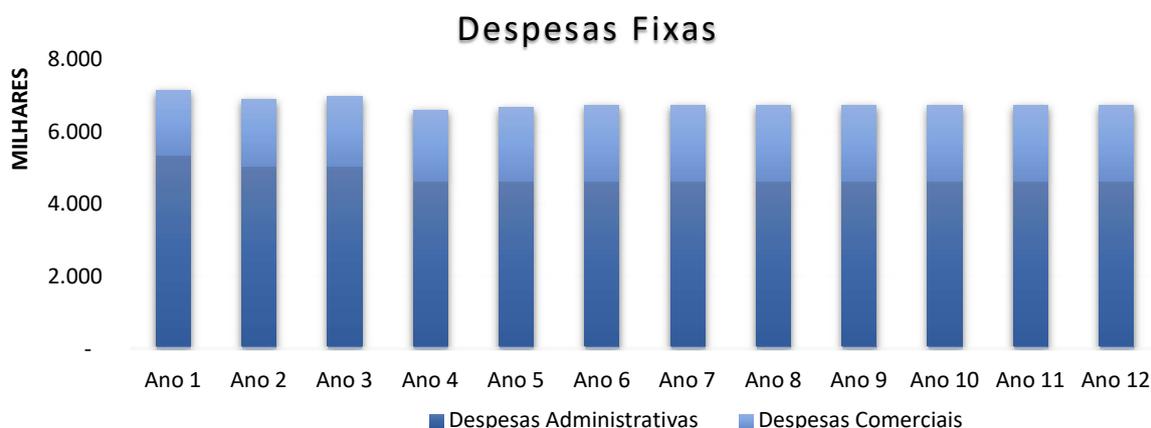
Fonte: Grupo MCS.

#### 4.2.4 Despesas Fixas

As despesas administrativas foram projetadas de acordo com a média histórica dos últimos meses anteriores a elaboração deste Laudo, acrescidas das despesas referentes ao processo de recuperação judicial.

Contemplam as seguintes despesas: mão de obra direta e administrativa, despesas gerais, assessoria jurídica e financeira e demais despesas relacionadas ao processo de recuperação judicial, despesas comerciais entre outras.

*Gráfico 4: Despesas Fixas em Milhares de Reais*



Fonte: Grupo MCS.

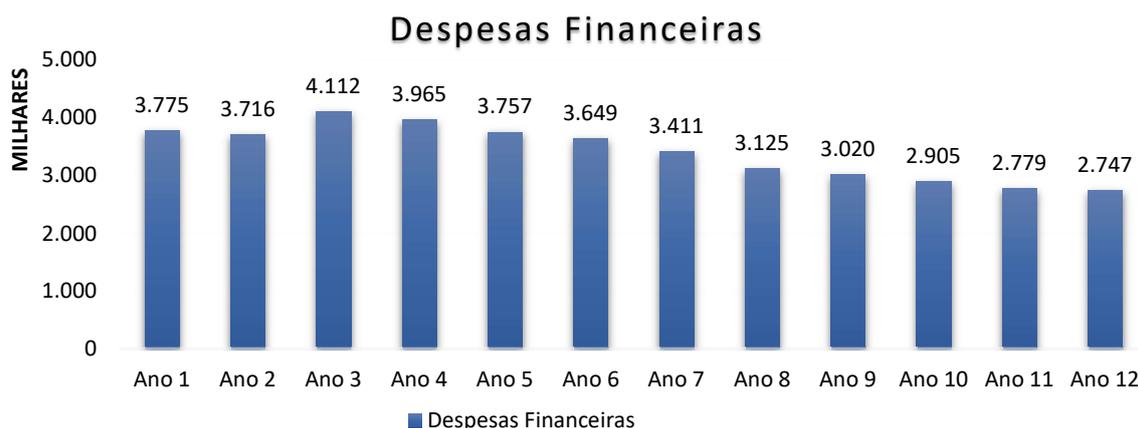


Com volume de incremento de receita projetado, não será necessário um incremento na estrutura administrativa da empresa para os próximos anos. Com as medidas de reestruturação tomadas até o momento, o aumento das demandas administrativas em função do aumento do volume de vendas dos próximos anos poderá ser absorvido pela estrutura já existente.

#### 4.2.5 Despesas Financeiras

As despesas financeiras contemplam os **juros para pagamento dos passivos sujeitos e dos não sujeitos a recuperação judicial**, **despesas com antecipação de recebíveis**, **refinanciamento de impostos e demais despesas bancárias**.

*Gráfico 5: Despesas Financeiras em Milhares de Reais*



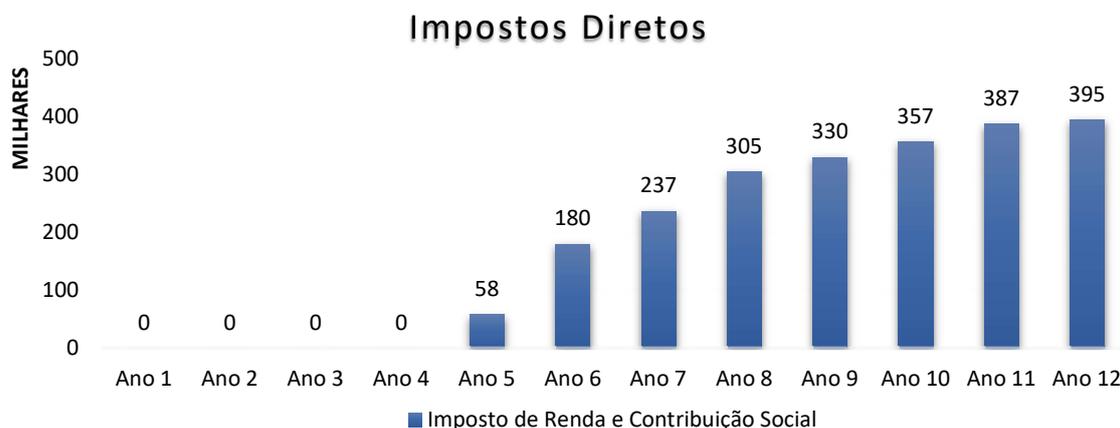
Fonte: Grupo MCS.

#### 4.2.6 Impostos Diretos

Os impostos diretos aplicáveis pelas Recuperandas são o **Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido** apuradas pelo regime de lucro real.



*Gráfico 6: Impostos Diretos em Milhares de Reais*



Fonte: Grupo MCS.

A alíquota do Imposto de Renda equivale a 15% do lucro antes do imposto de renda (LAIR) pelo Lucro Real, além de um adicional de 10% sobre o montante que ultrapassar R\$ 240 mil reais anuais. A alíquota da Contribuição Social foi projetada em 9% sobre a base tributável.

### 4.3 Demonstração do Fluxo de Caixa Projetado

Para demonstração do fluxo de caixa apresentado no Anexo II deste Laudo, foi utilizado o método indireto, que parte da geração de caixa medida pelo EBTIDA e projetado com as premissas detalhadas a seguir:

#### 4.3.1 Fluxo de Caixa Operacional

O fluxo de caixa das Recuperandas foi calculado a partir do EBITDA, deduzindo dos impostos diretos sobre o lucro.

#### Variação do Capital de Giro

Foram projetadas na necessidade de capital de giro a compra de produtos para recomposição do estoque, inicialmente em função do menor prazo de compras e nos próximos anos em função do aumento do faturamento, que demandará maior necessidade de caixa para performance das



Recuperandas. Seus prazos de pagamento e recebimento foram projetados de forma constante ao longo do período considerado.

### Fluxo de Caixa Operacional – Em milhares de Reais

Fluxo de Caixa	Ano1	Ano2	Ano3	Ano4	Ano5	Ano6	Ano7	Ano8	Ano9	Ano10	Ano11	Ano12	Ano13	Ano14	Ano15
(=) EBITDA	5.858	6.483	6.889	7.714	8.119	8.525	8.525	8.525	8.525	8.525	8.525	8.525	8.525	8.525	8.525
(-) IRPJCSLL	-	-	-	-	(58)	(180)	(237)	(305)	(330)	(357)	(387)	(395)	(402)	(411)	(419)
(+/-) Var. do Capital de Giro	(1.335)	(118)	(118)	(118)	(118)	(118)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(=) ATIV. OPERACIONAL	4.523	6.366	6.771	7.596	7.944	8.227	8.288	8.220	8.195	8.168	8.138	8.130	8.122	8.114	8.106

Tabela 3. Grupo MCS.

#### 4.3.2 Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento

Atualmente as Recuperandas não está realizando investimentos em capital (CAPEX<sup>8</sup>), porém a atividade exercida pelas Recuperandas, principalmente na área de concreto e postes, demanda de constantes investimentos para manutenção das operações. Dessa forma, a partir do segundo ano deverá retomar os investimentos em seu parque fabril, até lá empresa manterá sua área produtiva apenas com gastos de manutenção preventiva e corretiva, já previstos.

### Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento – Em milhares de Reais

Fluxo de Caixa	Ano1	Ano2	Ano3	Ano4	Ano5	Ano6	Ano7	Ano8	Ano9	Ano10	Ano11	Ano12	Ano13	Ano14	Ano15
(-) CAPEX	-	(563)	(563)	(563)	(563)	(2.009)	(2.009)	(3.014)	(3.295)	(3.376)	(4.099)	(4.139)	(4.139)	(4.139)	(4.139)
(=) ATIV. DE INVESTIMENTO	-	(563)	(563)	(563)	(563)	(2.009)	(2.009)	(3.014)	(3.295)	(3.376)	(4.099)	(4.139)	(4.139)	(4.139)	(4.139)

Tabela 4. Fonte: Grupo MCS.

#### 4.3.3 Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento

O fluxo de caixa de atividades de financiamento engloba as captações financeiras que as Recuperandas deverão realizar nos próximos anos, além das amortizações de seu passivo e suas respectivas despesas financeiras.

A projeção realizada considera o êxito das Recuperandas na aprovação de seu Plano de Recuperação Judicial.

<sup>8</sup> CAPEX é a sigla da expressão inglesa *capital expenditure* (em português, despesas de capital ou investimento em bens de capital) e que designa o montante de dinheiro despendido na aquisição (ou introdução de melhorias) de bens de capital de uma determinada empresa.



### Antecipação de Recebíveis

Em função de seus prazos de pagamentos estarem menores que seus prazos de recebimento, o grupo antecipa toda sua carteira de recebíveis junto ao mercado financeiro. As despesas financeiras decorrentes dessa operação foram consideradas de acordo com taxas de mercado praticadas atualmente e prazos médios de recebimentos de acordo com histórico das Recuperandas.

### Capital de Giro

Eventualmente, somente a geração de caixa operacional da empresa não será suficiente para liquidação de todos os seus passivos. Dessa forma, foram projetadas novas captações nos primeiros anos, para suprir a necessidade de caixa e equalizar as amortizações propostas.

### Refinanciamento de Impostos

O passivo tributário teve tratamentos diferentes na projeção, um para o passivo previdenciário, um para os demais débitos federais e o outro para os débitos estaduais. Para amortização do passivo previdenciário, foi provisionado no plano um parcelamento em 5 anos, com descontos previstos na Lei 13.988/2020 e para o parcelamento dos demais débitos um plano de parcelamento em 10 anos, também com os descontos previstos na Lei 13.988/2020. Para amortização dos débitos estaduais, foi provisionado um parcelamento de 7 anos. Esse valor deverá ser integralmente destinado ao gerenciamento dos débitos de impostos em todas as esferas.

### Despesas Financeiras

As despesas financeiras que foram projetadas pelas Recuperandas contemplaram as tarifas bancárias, as atualizações monetárias e os juros incidentes sobre o pagamento do passivo sujeito a recuperação judicial, não sujeito à recuperação judicial e eventuais operações financeiras contratadas ao longo do período.



### Plano de pagamento aos Credores

A seguir, apresenta-se, de maneira sintetizada, o plano de pagamento para os credores das Recuperandas, extraído das cláusulas 4.1 a 4.7 do Plano de Recuperação Judicial, documento em que este se anexa. Para um maior detalhamento das condições de pagamento determinadas, consultar diretamente o Plano.

Este Laudo foi elaborado contemplando as premissas financeiras e operacionais decorrentes da execução assertiva do Plano. As projeções contidas neste Laudo pressupõem a aprovação e implementação do Plano proposto pelas Recuperandas.

### **Classe I – Trabalhistas**

<b>Proposta Créditos Trabalhistas</b>
<p>Os créditos trabalhistas serão pagos da seguinte forma:</p> <p><b>Créditos Trabalhistas até Cinco Salários</b></p> <p>Nos termos do § 1º do Art. 54 da LRF, Os Créditos Trabalhistas derivados da legislação ou decorrentes de acidentes de trabalho, no valor de até 5 (cinco) salários-mínimos, serão pagos em até 30 (trinta) dias da publicação da presente decisão.</p> <p><b>Demais Créditos Trabalhistas</b></p> <p>Os demais créditos trabalhistas serão pagos da seguinte maneira:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Desconto: Não há.</li><li>• Carência: Não há.</li><li>• Amortização: 12 (doze) parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo a primeira no dia 30 (trinta) do mês subsequente à Data da Homologação.</li><li>• Correção monetária e juros: TR + 1% a.a..</li></ul>

Tabela 4. Fonte: PRJ Grupo MCS.



## Classe II – Garantia Real

### Proposta Créditos com Garantia Real

Os créditos das classes II, Créditos de Garantia Real serão pagos da forma a seguir:

- Desconto: 80%.
- Carência: 24 meses.
- Amortização: 13 parcelas anuais, iguais e sucessivas, vencendo a primeira no dia 30 do mês subsequente à Data da Homologação.
- Correção monetária e juros: TR + 1% a.a..

Tabela 5. Fonte: PRJ Grupo MCS.

## Classe III – Quirografários

### Proposta Créditos Quirografários

Os créditos das classes III, Créditos Quirografários serão divididos em dois grupos, de acordo com a origem do crédito:

#### Créditos Operacionais

Os créditos operacionais serão pagos da seguinte forma:

- (i) Pagamento linear de R\$ 2.000,00 por Credor.
- (ii) Os saldos dos créditos que ultrapassarem o limite de R\$ 2.000,00 por credor serão pagos da seguinte forma:
  - Desconto: 50 %
  - Carência: 12 meses.
  - Amortização: 5 parcelas anuais, iguais e sucessivas, vencendo a primeira no dia 30 do mês subsequente à Data da Homologação.
  - Correção Monetária: TR + 1% a.a..

#### Créditos Financeiros

Os créditos financeiros serão pagos da seguinte maneira:

- Desconto: 80%.
- Carência: 24 meses.



- Amortização: Em 13 parcelas anuais, iguais e sucessivas, vencendo a primeira no dia 30 do mês subsequente à finalização do período de carência.
- Correção Monetária: TR + 1% a.a..

Tabela 6. Fonte: PRJ Grupo MCS.

#### Classe IV – ME/EPP

##### Proposta Créditos ME e EPP

Os créditos de empresas ME/EPP serão pagos da seguinte forma:

- (i) Pagamento linear de R\$ 1.500,00 por Credor.
- (ii) Os saldos dos créditos que ultrapassarem o limite de R\$ 1.500,00, serão pagos da seguinte forma:
  - Desconto: 40%.
  - Carência: 12 meses.
  - Amortização: Em 4 parcelas anuais, iguais e sucessivas, vencendo a primeira no dia 30 do mês subsequente à Data da Homologação.
  - Correção Monetária: TR + 1% a.a.

Tabela 7. Fonte: PRJ Grupo MCS

#### Credor Fornecedor de Cimento Parceiro

##### Credor Parceiro Operacional

Além das propostas de pagamento, os credores fornecedores de cimento que continuarem fornecendo produtos às Recuperandas, com no mínimo 30 (trinta) dias de prazo, terão direito a uma proposta diferenciada de pagamento.

- Desconto: 0% a 50%
- Carência: entre 6 24 meses.
- Amortização: entre 72 e 144 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo a primeira no dia 30 do mês subsequente à finalização do período de carência.
- Correção Monetária: TR + taxa adicional de 0,4% a 0,9% a.m.

Tabela 8. Fonte: PRJ Grupo MCS.



## Credor Parceiro Financeiro

Credor Parceiro Financeiro
<p>Serão considerados Credores Parceiros Financeiros, e receberão seus créditos na forma abaixo exposta, aqueles que optarem por apoiar as Recuperandas em seu processo de reestruturação seja por (i) adesão as condições de pagamento de eventual passivo concursal conforme cláusula <b>Erro! Fonte de referência não encontrada.</b> e manutenção de garantias ou (ii) concessão de novas linhas de crédito, linhas de financiamento, antecipações de recebíveis e/ou prestação de serviços bancários, desde que as demais condições sejam acordadas entre as partes e expressamente aceitas pelas Recuperandas mediante novo instrumento contratual.</p> <p>Os credores enquadrados nas condições acima serão pagos nas seguintes condições:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Desconto: 0% a 50%.</li><li>• Carência: entre 12 e 24 meses.</li><li>• Amortização: em 20 a 30 parcelas semestrais, vencendo a primeira no dia 30 (trinta) do mês do mês subsequente ao encerramento do período de carência.</li><li>• Correção monetária e juros: Taxa do CDI + taxa adicional de 0% a 0,3% a.m..</li></ul>

Tabela 9. Fonte: PRJ Grupo MCS.

## Demais Credores Parceiros

Demais Credores Parceiros
<p>Os Credores de Garantia Real, Quirografários e ME/EPP não abrangidos pelas cláusulas <b>Erro! Fonte de referência não encontrada.</b> e <b>Erro! Fonte de referência não encontrada.</b>, mas que concederem, em condições competitivas, novos fornecimentos de produtos, serviços, adiantamentos etc., poderão negociar novas condições de pagamento do crédito sujeito a recuperação judicial de acordo com as condições acordadas sobre o novo crédito e a capacidade de geração de caixa da Recuperanda, em termos a serem ajustados contratualmente com cada credor, sem prejuízo, contudo, do exato cumprimento das propostas contidas nas cláusulas 4.3 e 4.4 àqueles que não aderirem a estas condições.</p> <p>Destaca-se que caberá exclusivamente a Recuperanda a utilização ou não destas novas linhas de crédito que poderão ser ofertadas pelos Credores, de acordo com sua necessidade de aquisição ou de caixa.</p>

Tabela 10. Fonte: PRJ Grupo MCS.

A tabela a seguir demonstra o fluxo de caixa das atividades de financiamento:



## Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento – em Milhares de Reais

Fluxo de Caixa	Ano1	Ano2	Ano3	Ano4	Ano5	Ano6	Ano7	Ano8	Ano9	Ano10	Ano11	Ano12	Ano13	Ano14	Ano15
<b>CAPTAÇÕES</b>	<b>500</b>	-	<b>600</b>	<b>450</b>	-	<b>425</b>	<b>350</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
(+) CAPITAL DE GIRO	500	-	600	450	-	425	350	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>AMORTIZAÇÕES</b>	<b>(1.200)</b>	<b>(2.100)</b>	<b>(2.718)</b>	<b>(3.505)</b>	<b>(3.561)</b>	<b>(3.066)</b>	<b>(3.215)</b>	<b>(2.074)</b>	<b>(1.828)</b>	<b>(1.943)</b>	<b>(1.201)</b>	<b>(1.233)</b>	<b>(1.266)</b>	<b>(1.300)</b>	<b>(1.335)</b>
(-) CAPITAL DE GIRO	-	(500)	-	(600)	(450)	-	(425)	(350)	-	-	-	-	-	-	-
(-) REFIN. DE IMPOSTOS	(950)	(1.067)	(1.197)	(1.344)	(1.509)	(1.522)	(1.709)	(614)	(689)	(773)	-	-	-	-	-
(-) CLASSE I - TRABALHISTAS	(56)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) CLASSE II - GARANTIAREAL	-	-	(105)	(108)	(111)	(114)	(117)	(120)	(123)	(127)	(130)	(133)	(137)	(141)	(144)
(-) CLASSE III QUIROGRAFÁRIOS	(80)	(442)	(1.321)	(1.356)	(1.393)	(1.430)	(964)	(990)	(1.016)	(1.043)	(1.071)	(1.100)	(1.129)	(1.159)	(1.190)
(-) CLASSE IV-ME/EPP	(114)	(92)	(94)	(97)	(99)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>DESPESAS FINANCEIRAS</b>	<b>(3.775)</b>	<b>(3.716)</b>	<b>(4.112)</b>	<b>(3.965)</b>	<b>(3.757)</b>	<b>(3.649)</b>	<b>(3.411)</b>	<b>(3.125)</b>	<b>(3.020)</b>	<b>(2.905)</b>	<b>(2.779)</b>	<b>(2.747)</b>	<b>(2.714)</b>	<b>(2.680)</b>	<b>(2.645)</b>
(-) ANT. DE RECEBÍVEIS	(1.722)	(1.783)	(1.843)	(1.904)	(1.965)	(2.026)	(2.026)	(2.026)	(2.026)	(2.026)	(2.026)	(2.026)	(2.026)	(2.026)	(2.026)
(-) CAPITAL DE GIRO	(69)	-	(83)	(62)	-	(59)	(48)	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) REFIN. DE IMPOSTOS	(1.393)	(1.277)	(1.146)	(1.000)	(835)	(650)	(464)	(254)	(179)	(95)	-	-	-	-	-
(-) RECUPERAÇÃO JUDICIAL	(7)	(72)	(456)	(415)	(373)	(330)	(289)	(260)	(231)	(200)	(169)	(137)	(104)	(70)	(36)
(-) OUTRAS DESP. FINANCEIRAS	(584)	(584)	(584)	(584)	(584)	(584)	(584)	(584)	(584)	(584)	(584)	(584)	(584)	(584)	(584)
<b>(=) ATIV. DE FINANCIAMENTO</b>	<b>(4.475)</b>	<b>(5.816)</b>	<b>(6.230)</b>	<b>(7.020)</b>	<b>(7.319)</b>	<b>(6.290)</b>	<b>(6.276)</b>	<b>(5.198)</b>	<b>(4.848)</b>	<b>(4.848)</b>	<b>(3.980)</b>	<b>(3.980)</b>	<b>(3.980)</b>	<b>(3.980)</b>	<b>(3.980)</b>

Tabela 10. Fonte: Grupo MCS.

## 5. CONCLUSÃO

O presente Laudo foi elaborado pela CONWERT como subsídio ao Plano de Recuperação Judicial das Recuperandas e está sujeito às premissas e assunções neles expressas. Ele tem como objetivo avaliar a viabilidade econômico-financeira das Recuperandas analisando as alternativas para a reestruturação da sua estrutura de capital, verificando a continuidade de suas operações e buscando a maximização de retorno para credores, sócios e a comunidade na qual faz parte. Ressalta-se que os estudos realizados não contemplam a análise de viabilidade da empresa sob a ótica de aspectos societários, tributários e legais.

Dessa forma, após conduzirmos as análises e sujeitos às premissas e assunções nelas expressadas, **consideramos que o PRJ é viável sob a ótica econômico-financeira, desde que haja a concretização das premissas adotadas**, salientando-se os seguintes pontos:

- As Recuperandas estão tomando medidas para buscar **maior geração de caixa**, de forma a honrar com suas obrigações financeiras;
- O PRJ apresentados contemplam a realização de ações internas em diversas esferas das Recuperandas para elevar a rentabilidade da empresa; e



- Através do PRJ proposto, as Recuperandas pretendem equalizar seu passivo, voltando a apresentar uma situação de sanidade financeira que permita a continuidade de suas operações.

Não foi considerado no presente cenário de viabilidade eventuais mudanças tributárias que possam gerar impactos para a empresa.

O Laudo levou em consideração as condições econômico-financeiras e as projeções fornecidas pelas Recuperandas. Assim, a efetiva ocorrência e concretização dessas condições e projeções é condição indispensável para que se atinja um cenário viável para a continuidade da operação, conforme comentários realizados no decorrer do presente Laudo.

Neste contexto, **concluimos que a aprovação do PRJ, aliada à implementação das medidas de melhorias, bem como a consolidação das premissas previstas, possibilitarão a superação da atual crise financeira**, viabilizando a continuidade de sua operação, considerando as premissas existentes no cenário econômico apresentado no presente Laudo.

**CONWERT GESTÃO EMPRESARIAL LTDA.**  
**CNPJ: 08.462.310/0001-30**



## ANEXO I - PROJEÇÃO DE RESULTADO ECONÔMICO – Em Milhares de Reais.

DRE	Ano1	Ano2	Ano3	Ano4	Ano5	Ano6	Ano7	Ano8	Ano9	Ano10	Ano11	Ano12	Ano13	Ano14	Ano15
<b>Receita Bruta</b>	<b>66.964</b>	<b>69.327</b>	<b>71.690</b>	<b>74.054</b>	<b>76.417</b>	<b>78.781</b>									
Impostos sobre vendas	(9.208)	(9.533)	(9.858)	(10.183)	(10.508)	(10.833)	(10.833)	(10.833)	(10.833)	(10.833)	(10.833)	(10.833)	(10.833)	(10.833)	(10.833)
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>57.755</b>	<b>59.794</b>	<b>61.832</b>	<b>63.871</b>	<b>65.909</b>	<b>67.948</b>									
Custo do Produto Vendido	(25.485)	(26.385)	(27.284)	(28.184)	(29.083)	(29.983)	(29.983)	(29.983)	(29.983)	(29.983)	(29.983)	(29.983)	(29.983)	(29.983)	(29.983)
<b>Margem de Contribuição I</b>	<b>32.270</b>	<b>33.409</b>	<b>34.548</b>	<b>35.687</b>	<b>36.826</b>	<b>37.965</b>									
Mão de Obra	(9.378)	(9.709)	(10.040)	(10.371)	(10.702)	(11.033)	(11.033)	(11.033)	(11.033)	(11.033)	(11.033)	(11.033)	(11.033)	(11.033)	(11.033)
Gastos Gerais de Fabricação	(14.731)	(14.326)	(14.667)	(15.008)	(15.349)	(15.689)	(15.689)	(15.689)	(15.689)	(15.689)	(15.689)	(15.689)	(15.689)	(15.689)	(15.689)
<b>Margem de Contribuição II</b>	<b>8.161</b>	<b>9.374</b>	<b>9.841</b>	<b>10.308</b>	<b>10.775</b>	<b>11.242</b>									
Despesas Administrativas	(5.365)	(5.065)	(5.065)	(4.645)	(4.645)	(4.645)	(4.645)	(4.645)	(4.645)	(4.645)	(4.645)	(4.645)	(4.645)	(4.645)	(4.645)
Despesas Comerciais	(1.782)	(1.844)	(1.906)	(1.968)	(2.029)	(2.091)	(2.091)	(2.091)	(2.091)	(2.091)	(2.091)	(2.091)	(2.091)	(2.091)	(2.091)
<b>Resultado Operacional</b>	<b>1.014</b>	<b>2.465</b>	<b>2.870</b>	<b>3.695</b>	<b>4.101</b>	<b>4.506</b>									
Resultado Financeiro	(3.775)	(3.716)	(4.112)	(3.965)	(3.757)	(3.649)	(3.411)	(3.125)	(3.020)	(2.905)	(2.779)	(2.747)	(2.714)	(2.680)	(2.645)
<b>Resultado Antes dos Impostos</b>	<b>(2.761)</b>	<b>(1.252)</b>	<b>(1.242)</b>	<b>(270)</b>	<b>343</b>	<b>857</b>	<b>1.095</b>	<b>1.381</b>	<b>1.486</b>	<b>1.601</b>	<b>1.727</b>	<b>1.759</b>	<b>1.792</b>	<b>1.826</b>	<b>1.860</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	-	-	(58)	(180)	(237)	(305)	(330)	(357)	(387)	(395)	(402)	(411)	(419)
<b>Resultado Líquido</b>	<b>(2.761)</b>	<b>(1.252)</b>	<b>(1.242)</b>	<b>(270)</b>	<b>286</b>	<b>677</b>	<b>858</b>	<b>1.077</b>	<b>1.156</b>	<b>1.244</b>	<b>1.340</b>	<b>1.364</b>	<b>1.389</b>	<b>1.415</b>	<b>1.442</b>
<b>EBITDA</b>	<b>5.858</b>	<b>6.483</b>	<b>6.889</b>	<b>7.714</b>	<b>8.119</b>	<b>8.525</b>									



## ANEXO II – PROJEÇÃO DE FLUXO DE CAIXA – Em Milhares de Reais.

Fluxo de Caixa	Ano1	Ano2	Ano3	Ano4	Ano5	Ano6	Ano7	Ano8	Ano9	Ano10	Ano11	Ano12	Ano13	Ano14	Ano15
<b>(=) EBITDA</b>	<b>5.858</b>	<b>6.483</b>	<b>6.889</b>	<b>7.714</b>	<b>8.119</b>	<b>8.525</b>									
(-) IRPJ E CSLL	-	-	-	-	(58)	(180)	(237)	(305)	(330)	(357)	(387)	(395)	(402)	(411)	(419)
(+/-) Var. do Capital de Giro	(1.335)	(118)	(118)	(118)	(118)	(118)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>(=) ATIV. OPERACIONAL</b>	<b>4.523</b>	<b>6.366</b>	<b>6.771</b>	<b>7.596</b>	<b>7.944</b>	<b>8.227</b>	<b>8.288</b>	<b>8.220</b>	<b>8.195</b>	<b>8.168</b>	<b>8.138</b>	<b>8.130</b>	<b>8.122</b>	<b>8.114</b>	<b>8.106</b>
(-) CAPEX	-	(563)	(563)	(563)	(563)	(2.009)	(2.009)	(3.014)	(3.295)	(3.376)	(4.099)	(4.139)	(4.139)	(4.139)	(4.139)
<b>(=) ATIV. DE INVESTIMENTO</b>	<b>-</b>	<b>(563)</b>	<b>(563)</b>	<b>(563)</b>	<b>(563)</b>	<b>(2.009)</b>	<b>(2.009)</b>	<b>(3.014)</b>	<b>(3.295)</b>	<b>(3.376)</b>	<b>(4.099)</b>	<b>(4.139)</b>	<b>(4.139)</b>	<b>(4.139)</b>	<b>(4.139)</b>
<b>CAPTAÇÕES</b>	<b>500</b>	<b>-</b>	<b>600</b>	<b>450</b>	<b>-</b>	<b>425</b>	<b>350</b>	<b>-</b>							
(+) CAPITAL DE GIRO	500	-	600	450	-	425	350	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>AMORTIZAÇÕES</b>	<b>(1.200)</b>	<b>(2.100)</b>	<b>(2.718)</b>	<b>(3.505)</b>	<b>(3.561)</b>	<b>(3.066)</b>	<b>(3.215)</b>	<b>(2.074)</b>	<b>(1.828)</b>	<b>(1.943)</b>	<b>(1.201)</b>	<b>(1.233)</b>	<b>(1.266)</b>	<b>(1.300)</b>	<b>(1.335)</b>
(-) CAPITAL DE GIRO	-	(500)	-	(600)	(450)	-	(425)	(350)	-	-	-	-	-	-	-
(-) REFIN. DE IMPOSTOS	(950)	(1.067)	(1.197)	(1.344)	(1.509)	(1.522)	(1.709)	(614)	(689)	(773)	-	-	-	-	-
(-) CLASSE I - TRABALHISTAS	(56)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) CLASSE II - GARANTIA REAL	-	-	(105)	(108)	(111)	(114)	(117)	(120)	(123)	(127)	(130)	(133)	(137)	(141)	(144)
(-) CLASSE III - QUIROGRAFÁRIOS	(80)	(442)	(1.321)	(1.356)	(1.393)	(1.430)	(964)	(990)	(1.016)	(1.043)	(1.071)	(1.100)	(1.129)	(1.159)	(1.190)
(-) CLASSE IV - ME/EPP	(114)	(92)	(94)	(97)	(99)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>DESPESAS FINANCEIRAS</b>	<b>(3.775)</b>	<b>(3.716)</b>	<b>(4.112)</b>	<b>(3.965)</b>	<b>(3.757)</b>	<b>(3.649)</b>	<b>(3.411)</b>	<b>(3.125)</b>	<b>(3.020)</b>	<b>(2.905)</b>	<b>(2.779)</b>	<b>(2.747)</b>	<b>(2.714)</b>	<b>(2.680)</b>	<b>(2.645)</b>
(-) ANTECIPAÇÃO DE RECEBÍVEIS	(1.722)	(1.783)	(1.843)	(1.904)	(1.965)	(2.026)	(2.026)	(2.026)	(2.026)	(2.026)	(2.026)	(2.026)	(2.026)	(2.026)	(2.026)
(-) CAPITAL DE GIRO	(69)	-	(83)	(62)	-	(59)	(48)	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) REFIN. DE IMPOSTOS	(1.393)	(1.277)	(1.146)	(1.000)	(835)	(650)	(464)	(254)	(179)	(95)	-	-	-	-	-
(-) RECUPERAÇÃO JUDICIAL	(7)	(72)	(456)	(415)	(373)	(330)	(289)	(260)	(231)	(200)	(169)	(137)	(104)	(70)	(36)
(-) OUTRAS DESP. FINANCEIRAS	(584)	(584)	(584)	(584)	(584)	(584)	(584)	(584)	(584)	(584)	(584)	(584)	(584)	(584)	(584)
<b>(=) ATIV. DE FINANCIAMENTO</b>	<b>(4.475)</b>	<b>(5.816)</b>	<b>(6.230)</b>	<b>(7.020)</b>	<b>(7.319)</b>	<b>(6.290)</b>	<b>(6.276)</b>	<b>(5.198)</b>	<b>(4.848)</b>	<b>(4.848)</b>	<b>(3.980)</b>	<b>(3.980)</b>	<b>(3.980)</b>	<b>(3.980)</b>	<b>(3.980)</b>
<b>(=) FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO</b>	<b>48</b>	<b>(13)</b>	<b>(22)</b>	<b>14</b>	<b>63</b>	<b>(73)</b>	<b>3</b>	<b>8</b>	<b>51</b>	<b>(56)</b>	<b>59</b>	<b>11</b>	<b>3</b>	<b>(5)</b>	<b>(13)</b>
<b>(=) SALDO INICIAL</b>	<b>-</b>	<b>48</b>	<b>35</b>	<b>13</b>	<b>27</b>	<b>89</b>	<b>17</b>	<b>20</b>	<b>27</b>	<b>79</b>	<b>23</b>	<b>81</b>	<b>92</b>	<b>95</b>	<b>89</b>
<b>(=) FLUXO DE CAIXA ACUMULADO</b>	<b>48</b>	<b>35</b>	<b>13</b>	<b>27</b>	<b>89</b>	<b>17</b>	<b>20</b>	<b>27</b>	<b>79</b>	<b>23</b>	<b>81</b>	<b>92</b>	<b>95</b>	<b>89</b>	<b>76</b>